

Os obstáculos para fiscalização da legislação

O sucateamento do Ministério do Trabalho é apontado como um dos principais obstáculos para a fiscalização do trabalho das domésticas. Com baixo efetivo no quadro de auditores fiscais e servidores administrativos, poucos veículos e falta de verba para equipamentos, a pasta enfrenta dificuldades para arcar com a demanda de fiscalização. A auditora fiscal do Trabalho Terezinha de Lisieux Rodrigues lembra que, quando começou a trabalhar como auditora, o quadro era de pouco mais de 3.200 auditores. “Hoje, o número é inferior a 2 mil”, conta.

“Nosso trabalho é eficiente dentro do que podemos fazer, e o mérito disso é o esforço pessoal de cada um pela causa. Mas esse trabalho poderia ser melhor e, para isso, necessitamos de um novo concurso público urgente e de melhor aparelhamento da auditoria”, defende. Além da defasagem do Ministério do Trabalho, que está há 10 anos sem concurso público, a falta de verba para campanhas de conscientização também tem contribuído para a perpetuação de práticas abusivas no mercado de trabalho.

A presidente da Associação Brasileira das Empregadas Domésticas, Samara Regina da Silva Nunes, 53, destaca que as principais reivindicações da categoria, hoje, são o direito ao recebimento do Programa de Integração Social (PIS); aumento de três para cinco parcelas de seguro-desemprego, conforme piso salarial e a volta do Programa de Recuperação dos Empregadores Domésticos (Redom), com dedução no Imposto de Renda para os trabalhadores domésticos. “Mesmo com a PEC, o que se observa ainda é muita informalidade. Muitos empregadores não assinam a carteira de trabalho da empregada com aquela velha justificativa de que elas ‘são da família’”, argumenta.

Escravidão

Por desconhecer seus direitos, muitas domésticas são

convencidas por seus patrões a trabalhar sem carteira assinada, o que as coloca em uma posição de vulnerabilidade e insegurança, afirma Samara Regina. “Em pleno século 21, ainda há muito assédio moral, sexual, condições degradantes. Os próprios empregadores estimulam a informalidade, utilizando de má-fé. Falam que assinar a carteira pode fazer com que elas percam benefícios, como o Bolsa Família, o que é totalmente falso. E alegam justa causa na demissão para negar o FGTS aos trabalhadores”, explica.

De acordo com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, foram resgatados, nos primeiros 100 dias do governo Lula, 1.127 trabalhadores em situação análoga à escravidão. O procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT) da região de Patos de Minas, Thiago Lopes de Castro, ressalta que, diferentemente dos trabalhadores rurais, as empregadas seguem sendo exploradas, perdem completamente o vínculo com seus familiares e se encontram em estado mais vulnerável. “As denúncias são feitas, geralmente, por vizinhos ou pela assistência social. São pessoas que trabalham de domingo a domingo, com ausência total de remuneração e carga horária exaustiva. Então, esses trabalhadores ficam reféns dos empregadores”, detalha.

A escritora Gislene Alexandre, ex-doméstica, observa que a exploração dessas profissionais começa antes mesmo do fim da terceira infância, quando elas são levadas a acreditar em promessas de vida melhor na cidade. Logo, a escravidão contemporânea se faz presente por meio da chamada dívida de gratidão, em que a trabalhadora é tratada como membro da família. Os patrões agem para isolar a doméstica da sociedade, fazendo com que ela não pertença a lugar algum para, assim, não despertar a consciência de sua escravidão.

“Elas normalmente são tiradas das famílias cedo e não têm

Geraldo Magela/Agência Senado



Thiago Castro: “Denúncias são feitas geralmente por vizinhos ou pela assistência social”

Geraldo Magela/Agência Senado



Presidente da Associação das Empregadas Domésticas, Samara Regina cobra abono salarial do PIS

para quem voltar. Então, a única sensação de pertencimento é aquilo que ela conhece, que é a patroa. Se ela conseguir, eventualmente, sair desse emprego, vai para outro igual. É um ciclo vicioso”, explica Gislene.

Thiago e Gislene argumentam que a falta de legislação específica para proteger

as trabalhadoras domésticas e a ausência de políticas públicas para amparar aquelas que foram resgatadas de situações de exploração são questões preocupantes, além de um grande desafio para o governo. “É necessário criar políticas públicas de assistência social integral às vítimas

pós-resgate, como assistência moradia, alimentação, psicológica, médica, odontológica, assessoria jurídica e assessoramento financeiro, assim como garantir a inclusão digital e educacional”, aponta Thiago.

***Estagiários sob a supervisão de Ana Sá**